

Na data de 19 de fevereiro de 2014 foi publicada uma carta cujo conteúdo expressava a “opinião” do senhor Carlos Alberto Pereira de Figueiredo sobre a Operação Patriota, desencadeada pela Polícia Civil do Rio Grande Sul, na Cidade de Crissiumal, em dezembro de 2012.

Primeiramente, lamento que o senhor Carlos Alberto Figueiredo tenha adotado tal atitude “póstuma”, uma vez que, tendo atuado como médico durante 36 anos na cidade de Crissiumal, poderia ter deixado uma carta enaltecendo as boas ações que fez. Não tenho dúvidas de que ele desempenhou boas ações nesta tão nobre profissão. Entretanto, seu último desejo, segundo a sua esposa, foi a publicação de uma carta denegrindo a imagem de instituições e autoridades engajadas em promover a segurança e a justiça.

Mas, voltando à “opinião” do senhor Carlos Alberto Pereira de Figueiredo, vê-se que é nítido o intuito de menoscabar o trabalho da Polícia, uma vez que, na referida Operação Patriota, o senhor Carlos Alberto Pereira de Figueiredo foi indiciado pela prática dos crimes de peculato, formação de quadrilha, falsificação de documentos, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro, o que, acredito eu, não foi de seu agrado.

Pois bem, a fim de responder as palavras publicadas e esclarecer à população a realidade dos fatos, refiro que a Operação Patriota foi conduzida por meio de um Inquérito Policial presidido por 03 (três) Delegados de Polícia, onde foram coletados inúmeros indícios de ilegalidades praticadas pelo senhor Carlos Alberto Figueiredo e outros tantos indiciados, em uma parceria investigativa formada pela Delegacia de Polícia de Crissiumal e a Delegacia Fazendária do Departamento Estadual de Investigação Criminal.

A referida investigação, para que todos saibam, originou 03 (três) processos judiciais, nos quais houve oferecimento de denúncia pelo Ministério Público e recebimento da mesma denúncia pelo Poder Judiciário. Esta sequência lógica de acontecimentos é evidência de que o relatório de conclusão apresentado pelos Delegados não está calcado em “suposições vazias sem nenhum embasamento”, como o senhor Carlos Alberto Figueiredo escreveu. Pelo contrário, a conclusão final dos Delegados ofereceu indícios suficientes de autoria e materialidade das infrações investigadas, o que perfectibiliza a investigação criminal.

William Garcez,
Delegado de Polícia.

Se os réus serão condenados ou absolvidos pelo Poder Judiciário, isso vai depender da judicialização da prova e do cotejo com outros elementos eventualmente agregados. Há poucos dias vimos no noticiário que alguns dos “mensaleiros” indiciados pela Polícia Federal foram absolvidos pelo Supremo Tribunal Federal. Isso faz parte das regras do jogo. Quem possui conhecimento jurídico sabe que o processo penal é progressivo ou regressivo da culpabilidade.

Quanto à prisão preventiva do senhor Carlos Alberto Figueiredo, bem como dos demais investigados, cumpre esclarecer que se trata de procedimento previsto na legislação vigente, onde houve oferecimento de representação pelos Delegados de Polícia, parecer pelo Ministério Público e determinação do Poder Judiciário, não havendo nenhuma ilegalidade ou arbitrariedade. Tudo foi feito nos termos da Lei.

Lamento que o senhor Carlos Alberto Figueiredo entenda que a prisão preventiva possa ser aplicada apenas a assaltantes, estupradores e homicidas, aliás, lamento que o senhor Carlos Alberto Figueiredo entenda que somente esses são os “bandidos perigosos”, uma vez que os reflexos sociais dos crimes praticados contra a Administração Pública, pelos quais ele foi indiciado, são tão ou mais devastadores que aqueles, pois atingem a toda a coletividade.

Quanto às ingênuas “justificativas” de ligações interceptadas, que se verifica nos últimos parágrafos da carta, cumpre esclarecer à comunidade que o teor dessas gravações é parte da prova obtida, como elemento indiciário, e qualquer alegação que possa ser feita quanto a isso é matéria de defesa e deve ser direcionada aos processos criminais que estão em andamento.

É isso. Às vezes o óbvio tem que ser dito.

Sem mais delongas, afirmo que a Polícia Civil desempenhou seu papel de forma séria e comprometida com a sociedade, como vem fazendo em todos os casos submetidos à investigação.

William Garcez, Delegado de Polícia de Crissiumal.



William Garcez,
Delegado de Polícia.